



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**PAULO CÉSAR DE ARAÚJO NASCIMENTO**

**PERSPECTIVAS QUANTO A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS  
ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA DO SENAI: UM ESTUDO NA  
UNIDADE STÊNIO LOPES EM CAMPINA GRANDE - PB**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2016**

**PAULO CÉSAR DE ARAÚJO NASCIMENTO**

**PERSPECTIVAS QUANTO A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS  
ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA DO SENAI: UM ESTUDO NA  
UNIDADE STÊNIO LOPES EM CAMPINA GRANDE - PB**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
apresentado ao Curso de Administração,  
modalidade de ensino a distância, da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito à obtenção do título de Bacharel em  
Administração, semestre 2016.1.

Orientador: Prof. Me. Joaquim Carlos Lourenço

**CAMPINA GRANDE-PB  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244p Nascimento, Paulo César de Araujo

Perspectivas quanto a inserção no mercado de trabalho dos alunos do Curso Técnico em Eletrônica do SENAI [manuscrito] : um estudo na Unidade Stenio Lopes em Campina Grande-PB / Paulo Cesar de Araújo Nascimento. - 2016.

41 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Joaquim Carlos Lourenço, Secretaria de Educação à Distância".

1. Curso técnico. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Capacitação de profissionais. I. Título.

21. ed. CDD 371.12

PAULO CÉSAR DE ARAÚJO NASCIMENTO

**PERSPECTIVAS QUANTO A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO  
DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA DO SENAI: UM  
ESTUDO NA UNIDADE STÊNIO LOPES EM CAMPINA GRANDE - PB**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE  
CURSO apresentado ao Curso de  
Administração, modalidade de ensino a  
distância, da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito à obtenção do  
título de Bacharel em Administração,  
semestre 2016.1.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

Joaquim Carlos Lourenço  
Prof. Me. Joaquim Carlos Lourenço (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Yeda Silveira M. Lacerda  
Prof.ª Dra. Yeda Silveira M. Lacerda  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

José Nilton Conserva de Arruda  
Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho à minha família, amigos e professores que me apoiaram em diversos momentos desta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita misericórdia, pelo dom da vida, e por ter me dado forças necessárias para trilhar os caminhos pelos quais já passei.

Aos meus pais, Aauto Pereira do Nascimento (*in memoriam*) e Maria Valdecir Araújo Nascimento, por terem sempre acreditado na minha capacidade e ter doado o melhor que tinham em favor de mim, mediante amor incondicional e plausível testemunho de vida.

Ao meu orientador, Prof. Me. Joaquim Carlos Lourenço que me ajudou em vários momentos, compartilhando seu conhecimento sempre com muita atenção e dedicação.

A todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos meus amigos que me apoiaram, compartilharam emoções, sentimentos e descobertas, marcando capítulos ao longo da caminhada.

# **PERSPECTIVAS QUANTO A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA DO SENAI: UM ESTUDO NA UNIDADE STÊNIO LOPES EM CAMPINA GRANDE - PB**

## **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo traçar um panorama do ensino técnico no Estado da Paraíba, fazendo um breve resumo histórico desse tipo de ensino no âmbito nacional, desde o período colonial até os dias atuais, trazendo esse resumo para um ponto mais regional, investigando o perfil dos ingressos, sua atuação no mercado de trabalho, bem como suas perspectivas profissionais. A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória, bibliográfica, descritiva e estudo de caso com a aplicação de um questionário para traçar o perfil dos estudantes do curso de Técnico em Eletrônica do SENAI Stênio Lopes, em Campina Grande - PB e a inserção destes no mercado de trabalho. Ao longo do trabalho, foi demonstrado como o ensino técnico sempre foi dirigido às classes mais baixas e, com o passar do tempo, abrange todas as classes, principalmente a partir dos anos 1990, onde houve profundas mudanças no mercado de trabalho em escala global e nacional e como o SENAI no Estado da Paraíba influenciou no fortalecimento do mercado de trabalho da região e como conseguiu se adaptar as mudanças do mercado profissional. Também é discutido como o ensino técnico foi separado do ensino básico e médio tradicional, o que contribuiu para a separação do ensino teórico do ensino prático e o impacto dessa separação na união do saber prático com o teórico, assim quais são as políticas públicas voltadas para a integração do ensino médio com o técnico, trazendo opiniões de autores sobre o assunto e a importância dessa integração para a formação do profissional e do cidadão. A pesquisa demonstrou através das respostas dos participantes que a principal motivação dos estudantes é seu ingresso no mercado de trabalho, sendo essa também sua principal preocupação após o término do curso.

**Palavras-chave:** curso técnico, ensino médio integrado, capacitação de profissionais

**PERSPECTIVAS FOR THE INTEGRATION AT THE WORK THE STUDENTES  
THE TECHNICAL COURSE AT THE SENAI ELECTRONIC: A STUDY ON UNIT  
STÊNIO LOPES IN CAMPINA GRANDE-PB**

**ABSTRACT**

This study aimed to give an overview of technical education in the state of Paraíba, making a brief history of this kind of education at the national level, from the colonial period to the present day, bringing this summary for a more regional point, investigating profile of tickets, their performance in the labor market and their career prospects. The methodology used was an exploratory research, literature, descriptive and case study of the application of a questionnaire to profile the technical course students Electronic SENAI Stênio Lopes in Campina Grande - PB and the inclusion of these in the market job. Throughout the work, it was demonstrated how technical education has always been directed to the lower classes and, over time, covers all classes, mainly from the 1990s, where there were profound changes in the labor market on a global scale and national and as SENAI in the state of Paraíba influenced the strengthening of the labor market in the region and how he managed to adapt to changes in the professional market. It is also discussed as technical education was separated from primary and secondary traditional, which contributed to the separation of theoretical from the practical teaching and the impact of separation on the union of practical knowledge with theoretical, so what are the public policies for the integration of high school with the coach, bringing opinions of authors on the subject and the importance of this integration for the formation of professional and citizen. Research has shown through the responses of the participants that the main motivation of students is their entry into the labor market and is also the main concern after the end of the course.

**Keywords:** technicalcourse, integrated high school, professional training

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gênero dos participantes da pesquisa	28
Gráfico 2	Tipo de escola onde cursaram o ensino fundamental	28
Gráfico 3	Tipo de escola em que cursaram o ensino médio	29
Gráfico 4	Participação em programas sociais do governo	30
Gráfico 5	Situação profissional	30
Gráfico 6	Tipo de vínculo empregatício	31
Gráfico 7	Motivo que levou a fazer um curso técnico	32
Gráfico 8	Influência familiar na escolha do curso	33
Gráfico 9	Situação profissional dentro da área do curso técnico	33
Gráfico 10	Preocupação quanto a atual crise econômica	34
Gráfico 11	Preocupação quanto ao período pós-curso	35

## **LISTA DE SIGLAS**

- CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica
- FACISA** – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
- FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil
- FMN** – Faculdade Maurício de Nassau
- IF** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPTU** – Imposto Predial Territorial Urbano
- ISS** – Imposto sobre Serviços
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
- LILACS** - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
- MEC** – Ministério da Educação
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PROEP** – Programa de Expansão da Educação Profissional
- PROUNI** – Programa Universidade para Todos
- PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- SCIELO** - Scientific Electronic Library Online
- SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SESC** – Serviço Social do Comércio
- SESI** – Serviço Social da Indústria
- TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso
- UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba
- UFCG** – Universidade Federal de Campina Grande
- UNESC** – União de Ensino Superior de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1. Evolução da educação profissional no Brasil.....	16
2.1.1Evolução da educação profissional na Paraíba.....	16
2.2. Parâmetro para qualidade dos cursos.....	17
2.3 Desafios e perspectivas para o ensino técnico.....	18
2.4 Relações entre ensino médio e formação profissional.....	20
2.5 Histórico de Campina Grande.....	23
2.6 O ensino técnico em Campina Grande.....	24
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	26
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	27
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>APÊNDICES</b> .....	41

## 1 INTRODUÇÃO

A qualificação profissional tem sido entendida por alguns como panaceia frente à atual crise mundial do emprego, quando vem sendo remetida ao indivíduo a responsabilidade maior por criar para si condições de "empregabilidade". Para outros, tem sido encarada, sobretudo, como objeto de política pública, seja sob uma perspectiva compensatória, de caráter paliativo, de enfrentamento da referida crise, seja sob uma perspectiva de promoção de formas alternativas de geração de trabalho e renda e de resgate e fortalecimento da cidadania. Para outros, ainda, configura-se tão somente como uma oportunidade de negócio, dentre outras, aproveitando-se do crescimento da demanda trazida por esse contexto de instabilidade nas relações de trabalho (OLIVEIRA, 2007).

Parece não haver dúvidas sobre a relação muito forte, ainda que não direta, entre os problemas e desafios atualmente enfrentados pela formação profissional e as transformações recentes que vêm sendo operadas no âmbito dos setores produtivo e de serviços, articuladas à globalização da economia regulada pelo mercado (FERRETTI, 1997).

Dessa diversidade de entendimentos acerca da qualificação profissional resulta uma composição de interesses e motivações diversas e complexamente articuladas, fazendo com que sejam demarcados projetos distintos e, em certos momentos, conflitantes. Para uma discussão mais consistente sobre as possibilidades de desenvolvimento e de construção da cidadania em uma região periférica como a Paraíba, o tema da qualificação profissional possui uma relevância central.

Para uma melhor visão acerca do tema, o presente trabalho buscou trazer uma visão geral, desde a formação do trabalhador na época do Brasil colonial, passando por suas várias fases de reestruturação até uma visão mais regional, trazendo a discussão para o Estado da Paraíba, mais especificamente para a cidade de Campina Grande-PB, com o intuito de investigar o perfil dos estudantes do SENAI Stênio Lopes. Sendo o objetivo principal do estudo verificar as perspectivas profissionais de atuação no mercado de trabalho dos estudantes do curso de Técnico em Eletrônica do SENAI Stênio Lopes, localizado na cidade de Campina Grande-PB.

Buscou-se também, trazer uma visão resumida sobre as políticas públicas voltadas para a qualificação profissional e a sua relação com a educação básica e média, numa tentativa de mostrar que, apesar da importância da qualificação profissional, a educação profissional ainda não tem um papel definido na sociedade brasileira, sendo relegada ao segundo plano nos projetos de Educação do cidadão brasileiro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evolução da educação profissional no Brasil

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, frequentemente associado ao esforço manual e físico, acabou se agregando ainda a ideia de sofrimento. Aliás, etimologicamente o termo trabalho tem sua origem associada ao “*tripalium*”, instrumento usado para tortura. A concepção do trabalho associado a esforço físico e sofrimento inspira-se, ainda, na ideia mítica do “paraíso perdido” (BRASIL, 1999).

Ao longo da história, a educação no Brasil foi marcada pela dualidade estrutural que se caracteriza pela existência de tipos diferentes de escola para classes sociais distintas (KUENZER, 2005). Se para a parcela da população que detém a hegemonia política, cultural e econômica, a trajetória escolar se constitui quase sempre no acesso a uma educação básica propedêutica e no ingresso em cursos universitários, para a grande maioria resta como alternativa uma educação básica precária, associada, quando possível, à formação para o trabalho em cursos técnicos e, mais recentemente, em cursos superiores de tecnologia (TAVARES, 2012).

A formação do trabalhador no Brasil iniciou-se no período da colonização, onde os índios e escravos foram os primeiros aprendizes de ofícios, o que de acordo com Fonseca (1961, p.68), “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

Com o advento do ouro em Minas Gerais, foram criadas as Casas de Fundação e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual destinava-se ao filho de homens brancos empregados da própria casa. Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação (BRASIL, 2009).

Nesse mesmo período, foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas, até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir (BRASIL, 2009).

Em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas (BRASIL, 2009).

Ao analisarmos a história da educação profissional no Brasil, pode-se perceber que até o século XIX não existia propostas sistemáticas de experiências de ensino, uma vez que prevalecia a educação propedêutica voltada para as elites e sua formação como dirigentes. Data de 1809 a criação, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, do Colégio das Fábricas, que pode ser considerado como o início da educação profissional no Brasil. (ESCOTT e MORAES, 2012).

Se por um lado o processo de desenvolvimento da indústria nacional ainda não demandava grande quantidade de trabalhadores qualificados, por encontrar-se ainda em fase embrionária, por outro lado a Educação Profissional era vista como alternativa ao problema da ociosidade dos “desfavorecidos da fortuna”, que geravam altos índices de criminalidade e impediam o progresso do país (TAVARES, 2012).

O presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (BRASIL, 2009).

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, e a partir de 1909 que o Estado brasileiro assume a educação profissional e cria 19 escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais (KUENZER, 2007).

Vasconcelos (2015) afirma que a Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira que tratou especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, transformando as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais.

Em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; O ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o

primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (BRASIL, 2009).

Apenas em 1950 é que se passou a permitir a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes, quebrando em parte a rigidez entre os dois ramos de ensino e entre os vários campos do próprio ensino profissional.

A Lei Federal nº 1.076/50 permitia que concluintes de cursos profissionais pudessem continuar estudos acadêmicos nos níveis superiores, desde que prestassem exames das disciplinas não estudadas naqueles cursos e provassem “possuir o nível de conhecimento indispensável à realização dos aludidos estudos”

A Lei Federal nº 1.821/53 dispunha sobre as regras para a aplicação desse regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio. Essa lei só foi regulamentada no final do mesmo ano, pelo Decreto nº 34.330/53, produzindo seus efeitos somente a partir do ano de 1954 (BRASIL, 1999).

A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e provas de conhecimentos, só veio a ocorrer a partir de 1961, com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, classificada por Anísio Teixeira como “meia vitória, mas vitória” (BRASIL, 1999).

Até por volta de 1970, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semiquualificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexibilidade, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução (BRASIL, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos (BRASIL, 2009).

A década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, devido à crise e à profunda estagnação econômica enfrentada pela América Latina neste período. Segundo a lógica neoliberal, o Estado é o grande culpado pela crise mundial do capital. O desemprego e

a inflação são os grandes desafios a serem enfrentados pelo Estado. A década de 1990 é marcada pela chamada Reforma do Estado, que se baseia no sucateamento e na posterior privatização de instituições estatais, bem como na terceirização de serviços públicos essenciais (TAVARES, 2012).

Por seu turno, as transformações no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos são as justificativas usadas para promover reformas educacionais profundas, quase sempre financiadas por organismos financeiros internacionais. A educação consolida-se como mais um setor empresarial, com destaque para a expansão do Ensino Superior privado (TAVARES, 2012).

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro (BRASIL, 2009).

Na primeira década do século XXI, o Estado brasileiro assume uma postura mais progressista no campo da educação, tendo em vista a composição de um governo democrático-popular. Algumas medidas adotadas seguem na contramão das políticas neoliberais do período anterior, com destaque para a retomada do investimento público nas instituições de ensino federais. Mas a despeito da implantação de novas escolas técnicas e universidades federais pelo Brasil, a ampliação do atendimento continua ocorrendo predominantemente na rede privada (BRASIL, 2010).

Conforme Tavares (2012) este período também é marcado pela profunda reformulação da Rede Federal. Além da implantação de novas unidades de ensino, a Lei 11.892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), muitos dos quais são o resultado da mescla de Escolas Técnicas Federais pré-existentes, que juntas passam a integrar uma única autarquia.

### **2.1.1 Evolução da educação profissional na Paraíba**

A institucionalização da educação paraibana data de 1836, com a criação do Liceu Paraibano, inicialmente localizado no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, fundado em 1745 pelo sacerdote italiano Gabriel Malagrida que padeceria nos cárceres da Inquisição, em Lisboa. Esse estabelecimento, mantido pela Companhia de Jesus, funcionava como seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades, funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral (MELLO, 1956).

Como por volta de 1856, a província já contava com 300.000 habitantes dos quais 30.000 na capital somente foi inaugurado em 1917, o que em Campina Grande somente ocorreu cinco anos depois. Nessa mesma cidade, apesar do crescimento verificado com a chegada do trem em 1907, a educação continuou impulsionada por mestres-escolas como Clementino Procópio. A este sucederam Anésio Leão e Alfredo Dantas, o último dos quais, militar, tornou-se responsável, na década de trinta, pelo ginásio que lhe ganhou o nome (MELLO, 1999).

Com a Revolução de 30 e as teses de chamada Escola Nova, aqui representada pelos educadores José Baptista de Melo, Batista Leite, João Vinagre e Sizenando Costa, além de, posteriormente, o diretor da Instrução Pública Calheiros Bonfim, sobreviveram os SESC, SENAC e SESI. Se o primeiro interiorizou-se, com extensão a cidades como Guarabira e Souza, foi o último que se sobressaiu, mediante a formação de quadros profissionais em Campina Grande e Rio Tinto, sob a liderança dos executivos Stênio Lopes e Rogê Maciel Pinheiro (MELLO, 1999).

Convertida em Escola Industrial e, posteriormente, Escola Técnica Federal da Paraíba, a antiga Escola de Artífices evoluiu para, até, funcionamento de unidade de apoio, em Cajazeiras, no alto sertão paraibano, a partir da década de noventa. Alguns de seus programas buscaram associar o empresariado à formação de mão de obra para a indústria. Buscou, nos anos setentas, esta parceria através do Centro de Integração Escola/Empresa, coordenado pelo sociólogo Aníbal Peixoto Filho (MELLO, 1999).

Ao longo de sua história a escola recebeu várias denominações, onde a partir de 1937 a 1961 foi chamada de Liceu Paraibano, de 1961 a 1967 mudou o nome para Escola Industrial da Paraíba, de 1967 a 1999 passou a ser Escola Técnica Federal da Paraíba e de 1999 a 2008 se chamou Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET.

Com a promulgação da Lei 11.892/08, o ensino técnico se expandiu na Paraíba, com a implantação de diversos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da

Paraíba (IFPB) em João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Cabedelo, Monteiro, Picuí, Patos, Souza e Princesa Izabel.

## **2.2 Parâmetros para qualidade dos cursos**

O exercício profissional de atividades de nível técnico vem sofrendo grande mutação. Ao técnico formado com base nas diretrizes curriculares apoiadas no Parecer CFE n.º 45/72 era exigida, predominantemente, formação específica. Em geral, um técnico não precisaria transitar por outra atividade ou setor diverso do de sua formação, mesmo que pertencesse à mesma área profissional (BRASIL, 1999).

A educação profissional básica destinada a qualificar e requalificar trabalhadores, independente de escolaridade prévia, não está sujeita a regulamentação curricular, sendo oferecida de forma livre em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, como preconiza a LDB. Nada impede que, eventualmente, seja estruturada de forma que possa ser aproveitada, como crédito ou outra forma de equivalência, na educação profissional técnica e tecnológica (BRASIL, 1997).

A proposta do Ministério da Educação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico diz respeito somente ao nível técnico da educação profissional, uma vez que o Decreto n.º 2.208/97 não dispõe sobre diretrizes para o nível básico, que é uma modalidade de educação não formal e não está sujeito a regulamentação curricular. O nível tecnológico está sujeito a regulamentação própria da educação superior.

Nesta, duas indicações do Aviso Ministerial n.º 382/98 são consideradas premissas básicas: as diretrizes devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; e cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e a atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade.

Nessa construção, a escola de conciliar as demandas identificadas, sua vocação institucional e sua capacidade de atendimento. Além disso, as diretrizes não devem se esgotar em si mesmas, mas conduzir ao contínuo aprimoramento do processo da formação de técnicos de nível médio, assegurando sempre a construção de currículos que, atendendo a princípios norteadores, propiciem a inserção e a reinserção profissional desses técnicos no mercado de trabalho atual e futuro.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico regem-se por um conjunto de princípios que incluem o da sua articulação com o ensino médio e os comuns com a educação básica, também orientadores da educação profissional, que são os referentes aos valores estéticos, políticos e éticos.

Outros princípios definem sua identidade e especificidade, e se referem ao desenvolvimento de competências para a laborabilidade, à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à contextualização na organização curricular, à identidade dos perfis profissionais de conclusão, à atualização permanente dos cursos e seus currículos, e à autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo artigo 3.º da LDB devem estar contemplados na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional (BRASIL, 1996).

As habilitações profissionais devem ser consistentes, levando em consideração as demandas locais e regionais, estando abertas ainda ao surgimento de novas áreas, conforme a possibilidade. Por seu turno, deve-se atentar para os modismos e a abertura de cursos voltados tão somente ao apelo mercadológico. É verdade que a legislação vigente fomenta a flexibilidade da organização curricular, agilizando processos na inserção de novos concursos, contudo, afirma-se mais uma vez, a necessidade de um policiamento por parte da escola quanto aos apelos de caráter imediatistas.

Em um contexto de mudanças cada vez mais dinâmicas, a educação continuada e atualização dos currículos passam a ser um desafio cada vez mais presente. Nesse sentido, o MEC subsidia a elaboração dos perfis do profissional, assim como da matriz curriculares dos cursos (BRASIL, 2000).

### **2.3 Desafios e perspectivas para o ensino técnico**

A questão principal a ser enfocada pela formação profissional tem a ver, evidentemente, com as novas demandas que lhe faz o setor empresarial. Examinada de forma genérica esta questão pode, à primeira vista, parecer simples, suscitando, por isso, respostas também simples (FERRETTI, 1997).

Apesar de parecerem simples, as demandas e respostas são complexas por inúmeras razões, onde as principais para Ferretti (1997) são:

- A capacidade de dar respostas rápidas e flexíveis a situações de mudanças rápidas seja no que tange às disputas nos mercados internacionais, seja na inovação tecnológica ou referente ao mercado de trabalho;
- Levar em consideração que por conta das mudanças no conteúdo do trabalho, deve-se refazer a revisão e o dimensionamento das relações entre o sistema de ensino educacional geral e o ensino de formação profissional;
- Dimensionar de maneira acurada, as formas pelas quais os sistemas nacionais de produção e serviços incorporam os sinais e imposições geradas pelas transformações da economia globalizada, das tecnologias e dos processos específicos de trabalho;
- Levar em conta a necessidade de lidar com o heterogêneo nas relações entre a formação profissional e as transformações nas empresas;
- Rever as formas e responsabilidades do financiamento da formação profissional, em virtude da multiplicação das agências e sistemas que passaram a desenvolvê-la.

Além dessas razões citadas, outras questões podem ser levantadas, por exemplo, como a deve ser a estrutura da educação profissional para enfrentar as necessidades impostas pela flexibilidade da economia e da produção em decorrência das rápidas mudanças do mercado? O ensino técnico ao se fixar em pontos mais gerais da formação profissional para poder atender diversas demandas específicas corre o risco de perder a capacidade de oferecimento do que é esperado dos cursos técnicos, a base da formação profissional, as possibilidades de especialização dentro da área profissional escolhida, a inserção no mercado de trabalho e sua manutenção no mercado competitivo mediante políticas de educação continuada.

O governo federal se posicionou favorável às políticas educacionais para o país, ao afirmar que “pretende aumentar o investimento público no ensino médio e estender a experiência do Programa Universidade para Todos - PROUNI para o ensino médio profissionalizante” (SÃO PAULO, 2011).

Foi a partir de 2011 que foram lançados pelo governo federal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - PRONATEC, justamente com a visão de ampliar e popularizar os cursos de ensino profissionalizante e contribuir também para o plano de expansão das escolas técnicas no país. Outras medidas nesse sentido também foram criadas, como a criação de bolsas e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (SALDANHA, 2012).

Atualmente, o setor encontra-se prejudicado pela crise. Por um lado, o governo que por questões de ajuste fiscal diminuiu as dotações orçamentárias que financiam esses programas. Por outro lado, o setor educacional na iniciativa privada também tem percebido uma queda das matrículas em virtude dos reflexos da economia.

#### **2.4. Relações entre o ensino médio e formação profissional**

A primeira LDB, na forma da Lei nº 4.024/61, determinava que o ensino médio fosse organizado em dois ciclos, onde o 2º ciclo abrangia o ensino técnico e o ensino secundário, unidos pelo mesmo objetivo de “formação do adolescente”. O resultado disso era a formação de um jovem, de classe favorecida, que não tinha preparação alguma para o trabalho, deixando tal função para as escolas técnicas e aos cursos formadores de mão de obra, mantendo a equivalência e a distância entre o saber e o fazer.

Em 1971, sob o governo militar há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/1971, a qual se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio como sendo profissionalizante para todos. A habilitação profissional passa a ser compulsória em substituição à equivalência entre os ramos secundário e propedêutico (CANALI, 2009).

A Lei nº 5.692/1971 apresentava um objetivo único e bem definido para o ensino do 2º grau, porém, a aplicação dela causou consequências desastrosas, principalmente nas escolas públicas.

Na prática, os efeitos resultantes da aplicação da política educacional da lei nº 5.692/71 e dos “remendos” das medidas legais que a complementaram [...] manteve o ensino técnico-profissional escolar como atribuição das escolas técnicas, sobretudo as da rede federal, conservando a equivalência ao ensino de nível médio definida pela lei n. 4.024/61 (GARCIA e LIMA FILHO, 2004).

A lei nº 5.692/71 visava à formação de mão de obra qualificada de maneira compulsória no ensino de 2º grau, o que, teoricamente, garantiria a inserção no mercado de trabalho. Porém, a compulsoriedade se restringiu ao ensino público, nos sistemas estaduais e federais, sendo aplicada de maneira incorreta e sendo amplamente problemática, o que contribuiu para a desvalorização do ensino público.

O Decreto nº. 2.208/97, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um

sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica (BRASIL, 2007).

O PROEP tinha a função de reestruturar a rede federal de ensino profissional, desde as ofertas educacionais até a gestão e as relações entre as empresas e as comunidades ensejando torná-la competitiva e forte no mercado educacional.

Quanto à estrutura da educação profissional prescrita no artigo 3º, I, II e III do Decreto-Lei nº 2.208/1997, tem-se os níveis: a) básico, que se destinou à qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores independente de escolaridade prévia; b) técnico, destinado à habilitação profissional para alunos egressos do ensino médio; c) tecnológico, correspondente aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinado aos alunos oriundos do ensino médio técnico (CANALI, 2009).

Uma das consequências do Decreto nº 2.208/97 foi a extinção do ensino médio integrado, modalidade praticada nos CEFET's e nas escolas técnicas desde 1942 que objetivava a formação de técnicos de nível médio, uma das poucas atividades que, durante décadas, apresentaram bastante sucesso.

#### **2.4.1 ensino médio integrado com o ensino técnico**

A formação do técnico de nível médio através do curso integrado era prevista para acontecer num período de quatro anos, e a sua grade curricular era composta por um núcleo comum e um núcleo de formação técnica. Do núcleo comum faziam parte as disciplinas consideradas de cultura geral, tais como português, matemática, física, química, biologia, história, geografia, etc. e no de formação técnica, por sua vez, eram ministrados conteúdos de disciplinas de formação profissional específica de cada um dos cursos [...] (GARCIA e LIMA FILHO, 2004).

No início do mandato do governo federal em 2003, e mesmo antes, no período de transição, ocorreu o recrudescimento da discussão acerca do Decreto no. 2.208/97, em especial no tocante à separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional (BRASIL, 2007).

A educação profissional de nível médio no Brasil hoje é regulada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004; regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da LDB. O decreto traz princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional num esforço de alguns reformistas para vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional, pleiteando a integração da formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo (CANALI, 2009).

No que se refere às modalidades de nível técnico e nível tecnológico, a reforma expressa a continuidade da lógica da dualidade estrutural dos sistemas educacionais: no Ensino Médio, a separação da educação profissional do ensino regular amplia a dualidade que se estende ao ensino superior por meio de cursos de tecnologia, de duração reduzida, destituídos de aprofundamento científico e tecnológico, limitados à atividade de ensino dissociada da extensão e da pesquisa, constituindo um modelo de ensino superior de baixo custo, alternativo ao modelo universitário (GARCIA e LIMA FILHO, 2004).

O desafio que deve ser enfrentado tendo em vista a expansão e democratização da educação profissional no Brasil apresenta grande relevância no contexto atual em virtude da elaboração de uma nova política pública para o setor, visando a sua articulação com o ensino básico e com o ensino superior, no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável.

Machado (2009), em seu trabalho ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa elenca as principais propostas para ações de educação integradas. A primeira delas é a de revisar as falsas polarizações e oposições, sendo quase que um convite aos educadores do ensino médio e do ensino técnico para que entrem em um consenso em relação a certos conceitos e práticas, onde afirma que “Não é mais aceitável, por exemplo, a afirmação de que conteúdos considerados gerais não seriam profissionalizantes”, pois considera que a formação geral tem sido reconhecida como o quesito mais importante para a qualificação profissional.

Outro ponto levantado é que devem estabelecer consensos sobre pontos fundamentais de partida, sendo necessário que haja uma convergência de interesses sobre o tipo de ser humano e profissional os educadores querem formar, assim como traçar estratégias para traduzir os valores e as perspectivas priorizadas. A autora ainda afirma que:

É preciso uma disposição verdadeira para o rompimento com a fragmentação dos conteúdos, tendo em vista a busca de inter-relações, de uma coerência de conjunto e a implementação de uma concepção metodológica global (MACHADO, 2009).

Nesse sentido, pode-se entender que é necessário aproveitar as oportunidades que se abrem para a educação integrada, onde os educadores do ensino médio recebem a oportunidade de superarem as tendências tradicionais da academia, que se atem ao teórico. Para os educadores do ensino técnico, tais oportunidades representam a chance de superarem o viés excessivamente técnico-operacional, conciliando mais conhecimento teórico ao conhecimento prático para uma melhor formação do profissional competente.

Outro ponto levantado pela autora, e que possui bastante relevância para o presente trabalho, é a de trabalhar a unidade existente entre os conhecimentos gerais e tecnológicos, pois afirma que o aluno através da educação básica adquire os conhecimentos de base relativos não só à cultura e à sociedade, mas também às ciências e às ideias, que são conhecimentos indispensáveis para qualquer profissional.

Por todo o exposto, chega-se à conclusão que a educação básica tem um papel fundamental no desenvolvimento da curiosidade e do interesse do indivíduo acerca dos problemas em relação à produção das ciências. Já a educação profissional tem como foco os conhecimentos tecnológicos, que são conhecimentos que não se fundem com o saber empírico, mas que guardam relações com ele.

## **2.5. Aspectos socioeconômicos de Campina Grande**

O município de Campina Grande está localizado na Microrregião Campina Grande e na Mesorregião do Agreste Paraibano do Estado da Paraíba. Sua área é 621 km<sup>2</sup>, representando 1.0996% do Estado, 0.0399% da região e 0.0073% de todo o território brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 551 metros e distância de 112,9726 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pela rodovia BR 230 (BRASIL, 2005).

Campina Grande é um importante centro universitário, contando com dezessete universidades e faculdades, sendo três delas públicas. É também proporcionalmente a cidade com o maior número de doutores do Brasil, 1 para cada 590 habitantes, seis vezes a média nacional (BRASIL, 2005).

Além de ensino superior, o município é destaque também em centros de capacitação para o nível médio e técnico. Também possui o segundo maior PIB entre os municípios paraibanos, representando 15,63% do total das riquezas produzidas na Paraíba (BRASIL, 2005).

Nas articulações entre as instituições encontra-se o convênio de cooperação com entidades públicas nas áreas de educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, direito de crianças e adolescentes, emprego/trabalho, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, transportes, desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico. Convênio de parceria com empresas privadas nas áreas de educação, emprego/trabalho, turismo e cultura, e o apoio de entidades privadas ou da comunidade nas áreas de saúde, direito de crianças e adolescentes, emprego/trabalho, turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico (BRASIL, 2005).

Os programas ou ações na área de geração de trabalho e renda são: incentivos para atração de atividades econômicas, benefício tributário relativo ao iptu, benefício tributário relativo ao ISS, cessão de terras, fornecimento de infraestrutura, programa de geração de trabalho e renda e capacitação profissional (BRASIL, 2005).

Verifica-se descentralização administrativa com a formação de conselhos nas áreas de educação, saúde, assistência social, emprego/trabalho, turismo, meio ambiente, transportes, política urbana ou desenvolvimento urbano, orçamento, outros conselhos de política setoriais e fundo municipal nas áreas de educação, saúde, assistência social, turismo, cultura, meio ambiente e transportes (BRASIL, 2005).

Existem atividades socioculturais como bibliotecas públicas, museus, teatros ou salas de espetáculos, cinemas, clubes e associações recreativas, estádios ou ginásios poliesportivos, estações de rádio AM e FM, geradora de TV, provedor de internet e banda de música (BRASIL, 2005).

## **2.6. O ensino técnico em Campina Grande**

Em Campina Grande existem instituições de ensino profissionalizante em nível médio, tanto públicas quanto privadas, capacitando ou treinando mão de obra especializada em atendimento às demandas dos diversos setores econômicos. Instituições como SESI e SENAI oferecem curso técnico em eletrônica e profissionalizante.

A criação do Departamento Regional do SENAI da Paraíba aconteceu no ano de 1949, pela Resolução nº. 27, de 10 de novembro, sob a gestão da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. O SENAI é reconhecido como modelo de educação profissional e pela qualidade dos serviços tecnológicos que promovem a inovação na indústria brasileira. Sua missão é aumentar a competitividade da indústria paraibana por meio da educação profissional e tecnológica, dos serviços técnicos e tecnológicos e da inovação.

[...] a primeira unidade do SENAI no estado da Paraíba foi instalada em Campina Grande, com a construção do prédio localizado no atual bairro da Prata, no ano de 1950. Aí foram instalados a Escola de Aprendizagem do SENAI e o Departamento Regional do SENAI da Paraíba, em 1952 (LOPES, 2004).

Nessa época, os cursos de qualificação profissional eram das áreas de manutenção, mobiliária e mecânica de automóveis, dentro da modalidade de aprendizagem industrial em um turno de oito horas, onde quatro horas tinham aulas distribuídas dentro do ensino geral e quatro horas com aulas para o turno profissional com aulas práticas realizadas nas oficinas.

Tomando posse na direção da Escola de Aprendizagem e do Departamento Regional da Paraíba, em 1957, Stênio Lopes tornou-se um dos mais importantes personagens dessa trajetória. É sob sua condução (até final da década de 1980) que o SENAI de Campina Grande e da Paraíba passou por marcadas mudanças (OLIVEIRA et al., 2007). Além dos cursos de qualificação profissional, eram oferecidos cursos noturnos de curta duração para adultos, que tinham sua pauta voltada para o treinamento, fazendo com que os participantes desses cursos tivessem uma iniciação profissional em um curto espaço de tempo.

Duas iniciativas marcaram a expansão do SENAI pela Paraíba a partir da base de Campina Grande. A primeira delas ocorreu com a instalação de uma unidade do SENAI na cidade de Bayeux, em 1966. Inicialmente, tal unidade operou com cursos na área de mecânica e, posteriormente, dedicou-se à área de construção civil. Apenas em 1979 foi inaugurado o Centro de Formação Profissional de João Pessoa, incorporando áreas de mecânica e de manutenção de veículos automotores, de eletricidade, de editorial e gráfica, assim como de vestuário e artefatos de tecidos (OLIVEIRA et al., 2007).

A segunda iniciativa foi a criação dos cursos volantes - percussores das unidades móveis atuais - na década de 1970, que ofereciam os cursos de mecânico de motores de automóveis, serralheiro-soldador, eletricitista instalador, bombeiro hidráulico e eletricitista reparador de eletrodomésticos, onde alguns cursos poderiam durar até cinco meses e todos eles tinham turmas de, no máximo, 12 alunos. Os cursos volantes eram voltados à preparação de adultos no interior do Estado e no seu início funcionavam no mês de férias da Escola de Aprendizagem de Campina Grande. Em 1988, foi inaugurado um Centro de Treinamento, operando em apoio às Unidades Móveis, em Sousa e, em 1989, um Centro de Treinamento em Guarabira (OLIVEIRA et al., 2007).

Na década de 1990, o SENAI - Campina Grande começou a sentir os impactos das mudanças que vinham ocorrendo no mercado de trabalho mundial e nacional. Com a introdução da automação de base microeletrônica e os novos modelos de organização das indústrias exigiram uma mudança na base de conhecimentos e nas atitudes referentes ao

padrão de ensino de qualificação profissional oferecidos pelo SENAI ao longo dos seus 45 anos de história na Paraíba (OLIVEIRA et al., 2007). O SENAI ainda manteve a sua missão de contribuição para o fortalecimento das indústrias da região através da educação profissional e assegurou os cursos de ofícios “básicos” – metal-mecânica, mobiliário e eletricidade - através da reestruturação dos seus currículos. Mas, também introduziu novos cursos em novas áreas como: eletrônica, artes gráficas, alimentos, informática e automação industrial (OLIVEIRA et al., 2007).

Na parte técnica, uma escola bastante tradicional é a Escola Técnica Redentorista, com cursos nas áreas de segurança do trabalho, informática, eletrônica e telecomunicações. O IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba oferece cursos técnicos nas áreas de informática, mineração, petróleo e gás, manutenção e suporte em informática e curso superior em telemática, matemática, física e construção de edifício (OLIVEIRA et al., 2007).

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa pode ser considerada como exploratória, descritiva e estudo de caso. Beuren (2006, p.80) explica que a pesquisa exploratória realiza-se quando há pouco conhecimento sobre a temática, buscando um aprofundamento desta afim de torná-lo mais claro. Nesse sentido, quanto aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se por exploratória, uma vez que propôs um estudo das relações dos estudantes do curso Técnico em Eletrônica do SENAI Stênio Lopes, com o mercado de trabalho.

Vieira (2002) afirma que a pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno”. Sobre a pesquisa qualitativa, Silveira e Córdova (2009) afirmam que ela “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Para Beuren (2006) a caracterização principal do estudo de caso é o estudo concentrado em um único caso. Visando o aprofundamento dessa temática, a presente pesquisa molda-se em um estudo de caso.

Segundo Silva (2003 p.60), a pesquisa bibliográfica é aquela que “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, etc”. Corroborando com a conceituação do autor, esse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, tendo em vista que apresentamos uma releitura daquilo que já foi dito e/ou debatido por diversos autores.

Para traçar o perfil dos estudantes nos cursos técnicos do SENAI Campina Grande e a inserção deles no mercado de trabalho, foi utilizado um questionário com 17 perguntas dividido em duas partes, onde a primeira são perguntas referentes ao perfil dos alunos e a segunda é referente à empregabilidade desses alunos.

Os questionários foram aplicados no mês de março de 2016 em duas turmas do curso de Técnico em Eletrônica do SENAI Stênio Lopes, localizado na cidade de Campina Grande – PB, sendo aplicados diretamente pelo próprio autor em visita à referida unidade de ensino.

Cada turma possuía 20 alunos, dos quais dez de cada uma delas participaram da pesquisa, totalizando a amostra com vinte participantes.

Foi feita a coleta dos dados com questionários e os resultados foram analisados e agrupados de acordo com as respectivas porcentagens para discussão posterior. Os dados foram tratados com as planilhas do Microsoft Excel e foram analisados através do método da análise de conteúdo. Esse método, conforme Bardin (2011, p.47), constitui-se de

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

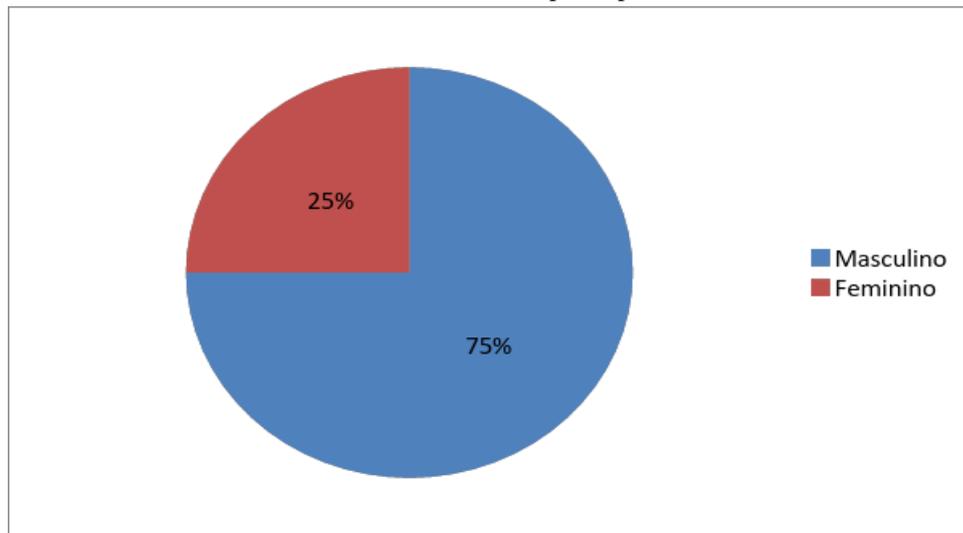
Com os dados obtidos e analisados, foi possível traçar o perfil dos estudantes do curso técnico do curso em Eletrônica e a inserção destes no mercado de trabalho através do análise dos resultados encontrados com a pesquisa em tela.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Perfil dos alunos dos cursos técnicos do SENAI Campina Grande**

Após aplicação dos questionários foi possível traçar um perfil dos estudantes do curso técnico em eletrônica do SENAI Stênio Lopes, em Campina Grande. Ao todo foram aplicados 20 questionários. Inicialmente questionou-se a respeito do gênero dos participantes, o gráfico 1 traz os resultados obtidos:

Gráfico 1 – Gênero dos participantes

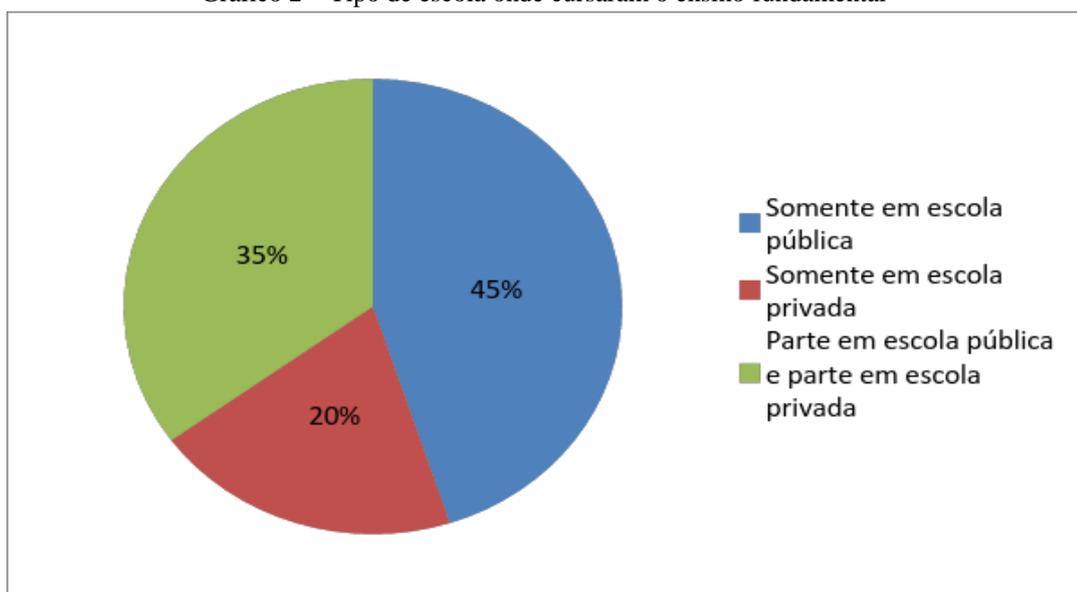


Fonte: Elaboração própria (2016).

Segundo os dados do gráfico 1, percebe-se que a maioria dos participantes são homens, representados por 75% da amostra, enquanto que a minoria, representada por 25% constitui-se de mulheres.

A totalidade dos participantes da amostra também se encontram inseridos na faixa etária entre 18 e 22 anos. As próximas respostas ajudam a entender o perfil socioeconômico dos estudantes que participaram da pesquisa. Ao serem questionados sobre onde estudaram o ensino fundamental, os participantes responderam conforme apresentado no gráfico 2:

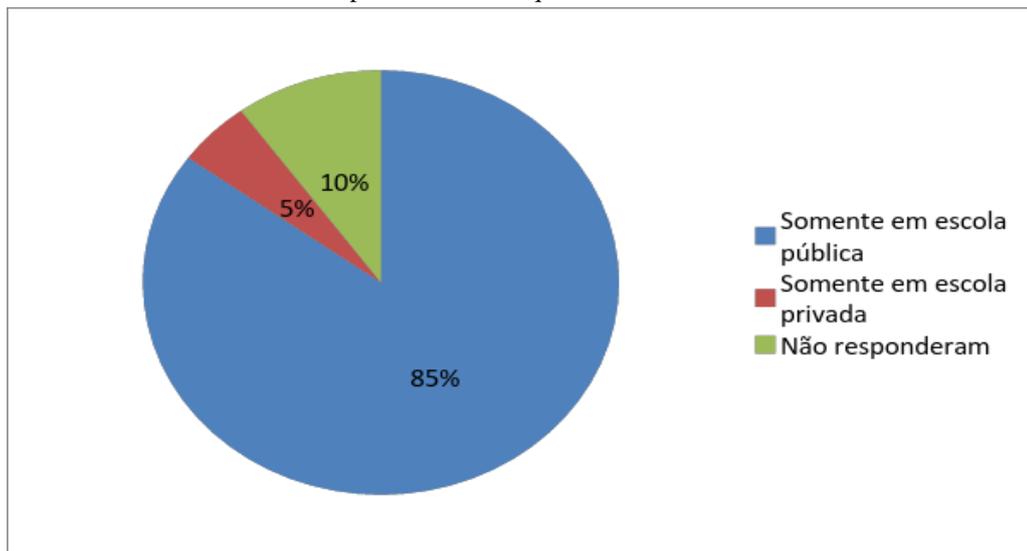
Gráfico 2 – Tipo de escola onde cursaram o ensino fundamental



Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com os dados evidenciados no gráfico 2, a maioria dos participantes cursou o ensino fundamental na rede pública de ensino, enquanto 35% cursaram o ensino fundamental na rede privada de ensino. Uma minoria, representada por 20% cursou o ensino fundamental de maneira híbrida, sendo uma parte em rede privada e outra parte em rede pública. Também foi questionado o tipo de escola em que cursaram o ensino médio. As respostas estão evidenciadas no gráfico 3:

Gráfico 3 – Tipo de escola em que cursaram o ensino médio

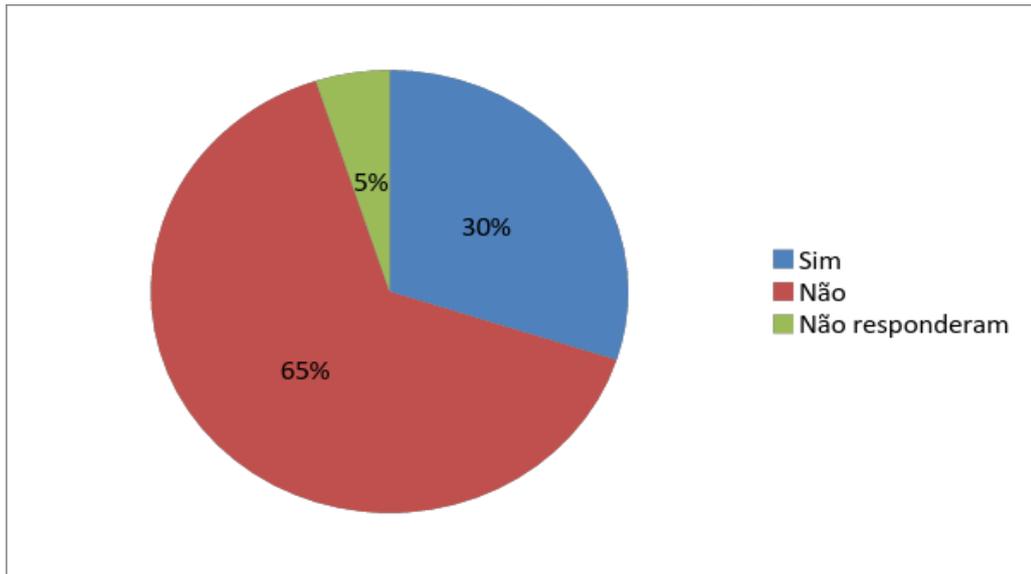


Fonte: Elaboração própria (2016)

Contrastando com aquilo observado no ensino fundamental, a grande maioria dos estudantes, 85%, cursou o ensino médio apenas na rede pública de ensino, ao passo que apenas 10% cursou o ensino médio na rede privada e 5% dos participantes não responderam.

Também foram questionados a respeito da inclusão desses estudantes em programas sociais. Os dados estão expostos no gráfico 4:

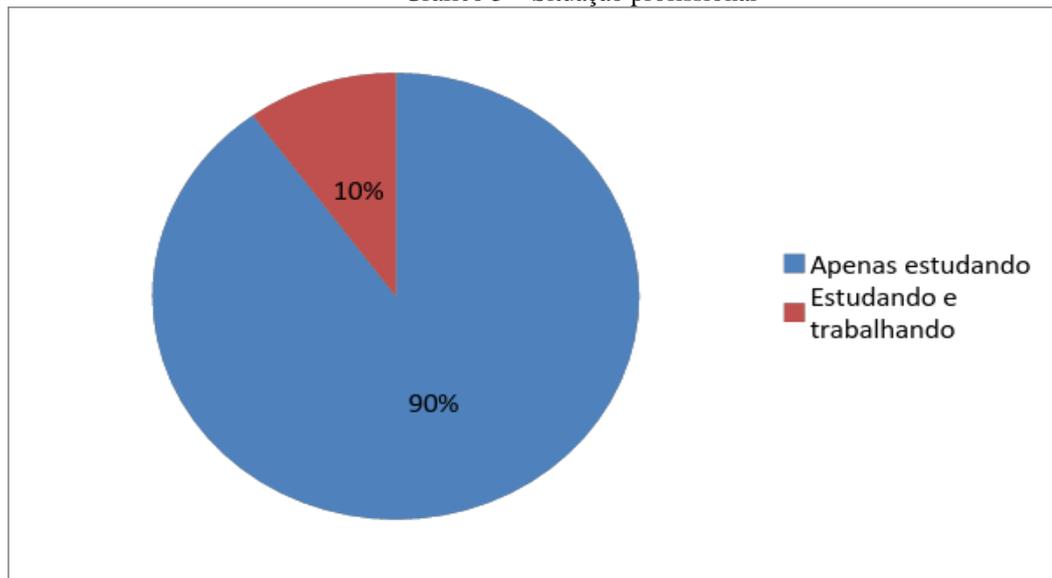
Gráfico 4 – Participação em programas sociais do governo



Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com os dados do gráfico 4, 30% dos participantes são participantes de benefícios sociais do governo, nesse caso, o programa de assistência social do governo federal Bolsa Família, 65% dos participantes não recebem nenhum benefício assistencial do governo, 5% não responderam quando questionados a respeito. Quanto a situação profissional dos estudantes, as respostas obtidas estão no gráfico 5:

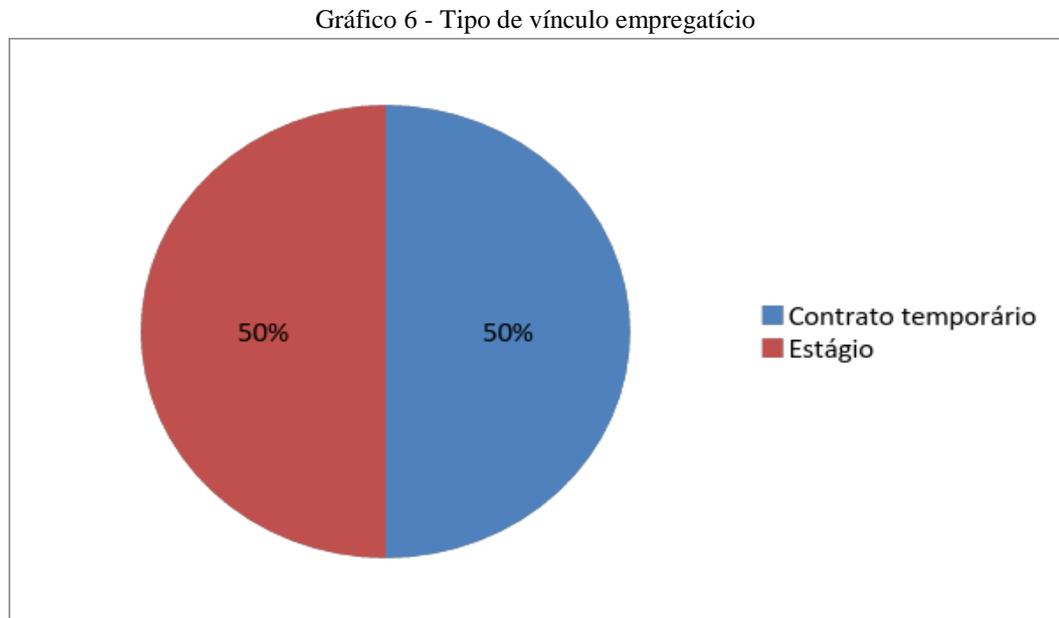
Gráfico 5 – Situação profissional



Fonte: Elaboração própria (2016).

Pelo exposto no gráfico 5, 90% dos estudantes encontra-se em dedicação exclusiva aos estudos, enquanto apenas 10% acumula essa atividade com o trabalho. Desses 10%,

correspondente a 2 participantes da pesquisa, foram questionados a respeito de seus vínculos empregatícios. As respostas obtidas estão no gráfico 6:

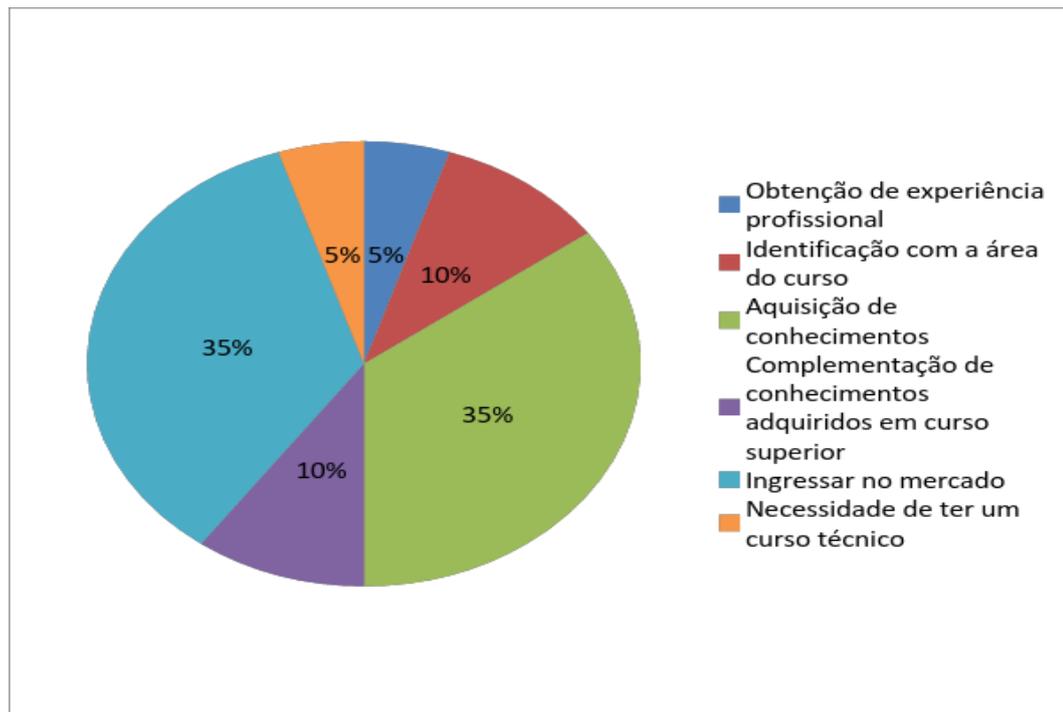


Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com o gráfico 6, dentre os 2 (dois) alunos que estão atuando no mercado de trabalho, 1 (um) deles está desenvolvendo suas atividades sob contrato temporário e o outro está desenvolvendo suas atividades profissionais na condição de estagiário. Os dois cumprem uma carga horária de 20h semanais. Outros questionamentos foram levantados a respeito de suas atividades. Um deles trabalha na área técnica e outro na área administrativa, ambos sob exigência de capacitação profissional compatível com a recebida no curso técnico.

Quando os alunos foram questionados sobre o porquê de fazerem um curso técnico, foram obtidas várias respostas, o gráfico 7 mostra as principais:

Gráfico 7 – Motivo que levou a fazer um curso técnico

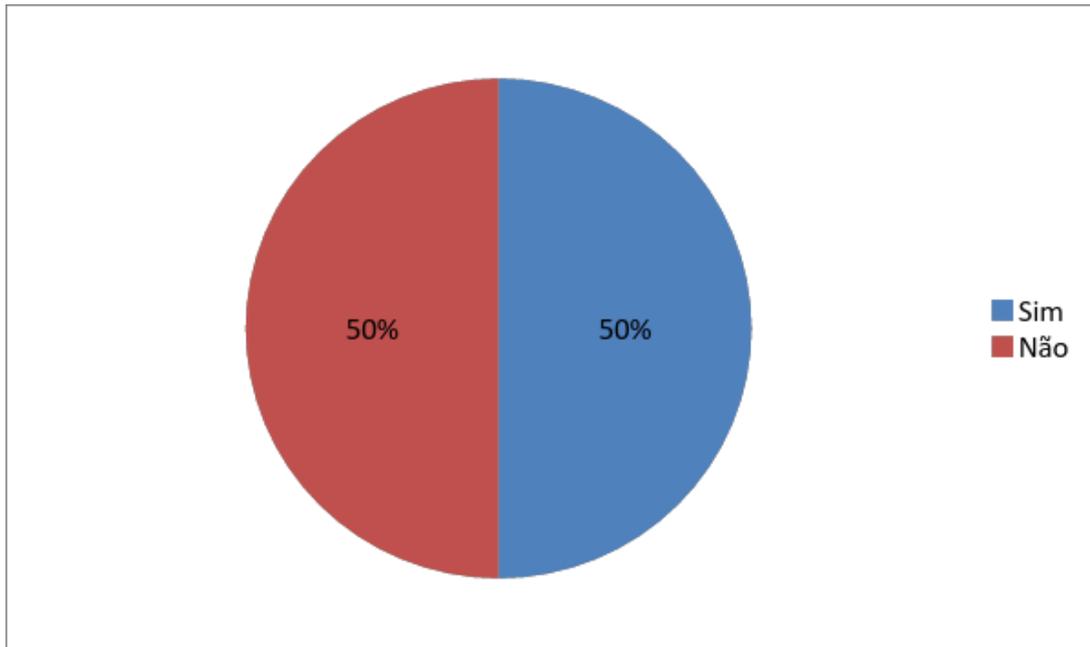


Fonte: Elaboração própria (2016).

Pelo que se percebe, 35% dos participantes optaram por fazer o curso para ingressar no mercado de trabalho, 35% para adquirir conhecimentos, 10% para complementar conhecimentos adquiridos em algum outro curso de graduação, 10% por se identificar de alguma maneira com a área do curso, 5% pela necessidade de ter um curso técnico e outros 5% para obter experiência profissional.

Também foi perguntado se a decisão pela escolha do curso houve algum tipo de influência familiar. O gráfico 8 mostra as respostas:

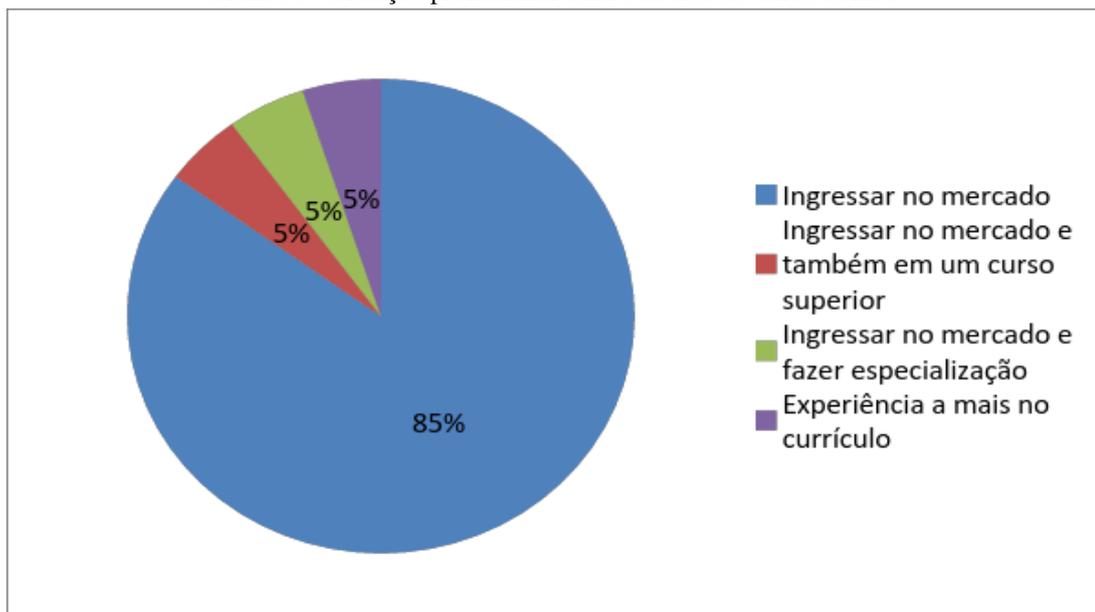
Gráfico 8 – Influência familiar na escolha do curso



Fonte: Elaboração própria (2016).

Pelo exposto no gráfico acima, metade dos participantes foram influenciados pela família na escolha do curso técnico e metade não sofreu interferência da família na escolha. Foi questionado a respeito das perspectivas desses estudantes após a conclusão do curso. O gráfico 9 apresenta as respostas obtidas:

Gráfico 9 - Situação profissional dentro da área do curso técnico

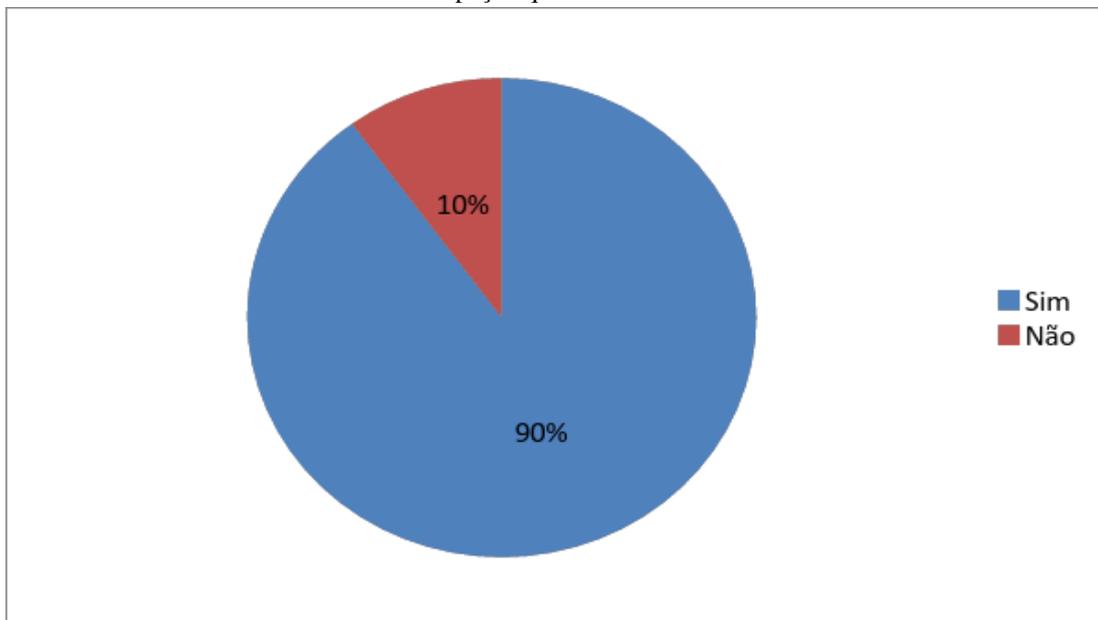


Fonte: Elaboração própria (2016).

A grande maioria dos participantes da pesquisa, 85%, esperam ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso, seguidos de 5% que querem ingressar no mercado de trabalho e também em algum curso superior, outros 5% que querem ingressar no mercado e fazer alguma especialização e outros 5% que almejam uma experiência a mais no currículo.

Apesar de sua perspectiva de ingressar no mercado de trabalho, nenhum dos participantes possui propostas de emprego. Ao serem questionados a respeito de sua preocupação quanto a atual crise econômica, os participantes da pesquisa responderam conforme o gráfico 10:

Gráfico 10. Preocupação quanto a atual crise econômica

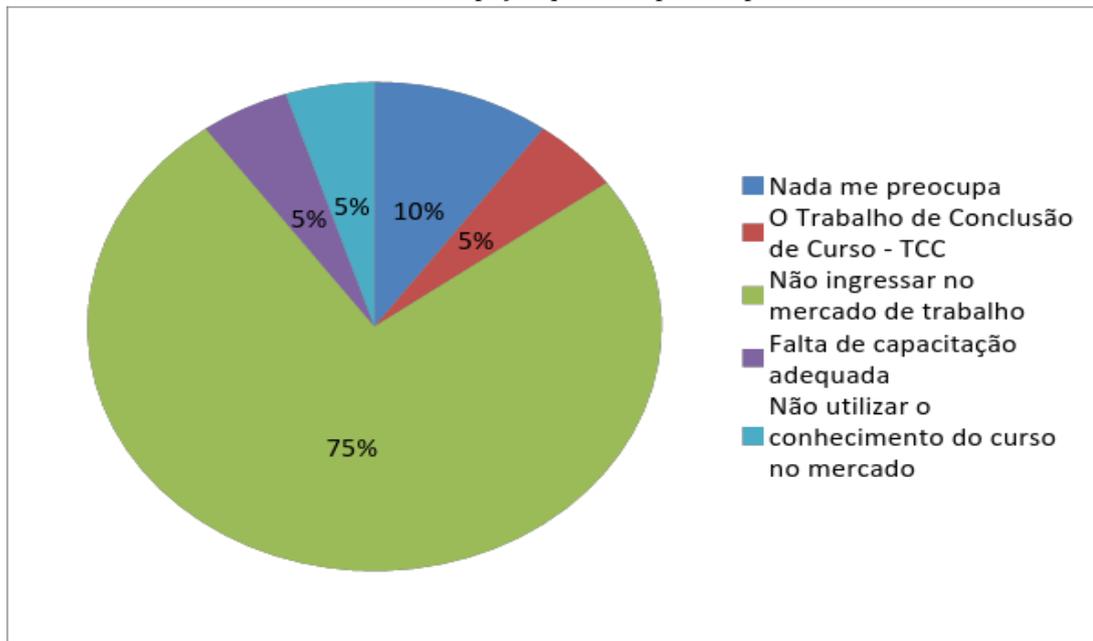


Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com os resultados, 90% dos participantes da pesquisa estão preocupados com a atual crise econômica, no sentido da diminuição do número de vagas e consequentemente aumento do desemprego, 10% dos questionados não estão preocupados com a atual crise econômica.

A pesquisa também buscou investigar a respeito de alguma preocupação porventura existente quanto ao período após o término do curso. O gráfico 11 apresenta essas respostas:

Gráfico 11 – Preocupação quanto ao período pós-curso



Fonte: Elaboração própria (2016).

A grande maioria dos respondentes, 75%, preocupa-se em não ingressar no mercado de trabalho, 10% não tem nenhuma preocupação, 5% preocupa-se em não utilizar o conhecimento adquirido no curso no mercado de trabalho, 5% se preocupam de não possuir uma capacitação adequada para ingressar no mercado de trabalho e 5% preocupam-se tão somente com a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SENAI Stenio Lopes desempenha um papel importante no desenvolvimento profissional do Estado da Paraíba, desde a sua fundação até os dias atuais, conseguindo se atualizar as exigências do mercado de trabalho através do tempo, fazendo com que os profissionais de Campina Grande e região adquiram capacitação profissional e possam inserir-se no mercado de trabalho, anseios que foram evidenciados por meio dos resultados obtidos nas respostas dos participantes da pesquisa.

As imposições e adaptações do mercado de trabalho, pressionaram o SENAI - PB adotar uma estratégia com a especialização de funções, para que pudesse atender de maneira mais eficiente, tendo em perspectiva a rede nacional, cada um dos segmentos mais importantes da indústria. Foi o caso do setor couro-calçadista na Paraíba, que foi instalado a partir do núcleo tecnológico implantado em Campina Grande, voltado para dar suporte ao setor em âmbito regional.

Outra limitação percebida durante este trabalho foi a inserção dos estudantes do SENAI Campina Grande no mercado de trabalho regional em sua área de especialização do curso técnico, onde esta tem como principal fator a crise financeira pela qual o país está passando no momento e isso com certeza afeta a empregabilidade dos estudantes dos cursos profissionalizantes.

A educação técnica mostra-se de extrema importância no fortalecimento do mercado de trabalho, através da capacitação dos profissionais nas mais diversas áreas e o SENAI, no Estado da Paraíba, vem contribuindo de forma significativa nesse sentido, com a preparação de seus estudantes para ingressarem num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Através dos resultados da aplicação dos questionários, percebeu-se que a grande maioria dos estudantes do SENAI Stênio Lopes de Campina Grande buscam o ensino técnico objetivando principalmente o ingresso no mercado de trabalho. A família apresentou uma influência considerável na escolha do curso, uma vez que metade dos participantes da pesquisa declararam ter sido influenciados pela família na escolha do curso. A não inserção desses estudantes no mercado de trabalho após o término do curso é uma preocupação quase que generalizada entre os estudantes, assim como também a diminuição de vagas em um período de crise econômica. Uma considerável minoria objetiva uma graduação em nível superior imediatamente após a conclusão do curso modalidade técnica.

A pesquisa apenas foi aplicada em duas turmas do curso de Técnico em Eletrônica SENAI Stênio Lopes, em Campina Grande - PB, sendo essa uma limitação desse trabalho. Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em outras unidades de ensino técnico para que os resultados sejam comparados e encontrar uma base de dados capaz de auferir as fraquezas destas instituições e melhorar indicadores, tais como: frequência, inserção no mercado de trabalho, acesso à educação continuada, dentre outras dificuldades que foram expostas no decorrer deste trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1995.

Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BEUREN, I. M. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Leis, Decretos. Lei n. 5.692, 11 de agosto de 1971.** Documenta, Rio de Janeiro, n. 129, p. 400-416, ago. 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

\_\_\_\_\_. **Leis, Decretos. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996** .. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394/96.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer 16/99.** Brasília, outubro, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Diagnóstico do município de Campina Grande.** Recife, 2005.

CANALI, H.B. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional.** In: V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Anais.2009. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/imposionete/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf>>. 18 dez 2014

COGAN, S. **ActivityBasedCosting(ABC): a poderosa estratégia empresarial.** 3ªed. São Paulo: Pioneira; Rio de Janeiro: Grifo Enterprises, 1994.

CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos criando redes que agregam valor.**2ªed. São Paulo: Cengagelearning, 2009

DIAS, M.A.P.**Administração de Materiais: princípios, conceitos e gestão.** – ed. -7 reimpr. - São Paulo:Atlas,2012.

ESCOTT, C. M; MORAES, M. A. C. **História da Educação Profissional no Brasil: As Políticas Públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** IX Sem. Nac. de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, 2012.

FERRETTI, C.J. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90.** Educação & Sociedade. Ano XVIII. Nº 59. Agosto, 1997. (pp. 225 – 269).

FONSECA, C.S. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, N.M.D; LIMA FILHO, D.L. **Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional.** 2004.

HANSEN, D.R., MOWEN, M.M. **Gestão de Custos Contabilidade e Controle.** 3º ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORNGREN, C.T; FOSTER, G; DATAR, S.M. **Contabilidade de Custos.** 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

KUENZER, A. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LEONE, G.S.G. **Curso de Contabilidade de Custos.** 3ªed. São Paulo. In: MAHER, M. **Contabilidade de Custos: Criando valor para a administração.** 1ºed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, J. S. **Uma escola e algo mais.** Campina Grande: SENAI-PB, 2004.

MACHADO, L. **Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa.** In: JAQUELINE MOLL & Colaboradores. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades.** 1ª ed. Porto Alegre, RS: ARTMED EDITORA S.A., 2009.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos.** 9ºed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEC – Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

MEGLIORINI, E. **Custos: Análise e Gestão.** 2ºed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MELLO, J. O. de A. **A educação paraibana da colônia a nossos dias: uma abordagem histórica.** *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.) vol.3 no.1 Campinas 1999.

MELLO, L. B. de. **Evolução do ensino na Paraíba.** João Pessoa: Imprensa Oficial, 20, 1956.

MOURA, R.A. **Sistema e técnicas de movimentação e armazenagem demateriais: Sistemas e técnicas.** 5ª ed.rev. São Paulo: Imam, 2005

NAKAGAWA, M. **ABC: Custeio Baseado em Atividades.** 2ºed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, R.V. de; NETO, E.V; LIMA, A.S; DA SILVA, D. F. **O Sistema S e os novos desafios da qualificação profissional: O caso do SENAI da Paraíba.** *REV. da ABET*, V. VII, N° 1, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, L. M. de; JÚNIOR, J. H. P. **Contabilidade de Custos para não Contadores.** 3ºed. São Paulo: Atlas, 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Brasília: 2000

REGATTIERI, M. e CASTRO, J.M. **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. 2ª ed. Brasília. UNESCO, 2010.

SALDANHA, L. L. W. O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional. In: **ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 9, Caxias do Sul - RS, 2012.

SANTOS, J.L. dos; SCHMIDT, P; PINHEIRO, P.R. **Fundamentos de Gestão Estratégica de Custos**. São Paulo: Atlas, 2006.

SÃO PAULO. Folha de São Paulo. **Discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff, 01/01/2011**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integrado-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em 08 mar 2015

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.  
SOUZA, M. A. de; DIEHL, C. A. **Custos: Uma Abordagem Integrada**

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil**. IX Anped Sul, 2012.

VASCONCELOS, A. D. S. **Análise do Ensino Profissionalizante no Estado do Pará**: Um Estudo Socioeconômico da Relação de Grau de Ensino e Empregabilidade. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2015.

VIANA, J. J. **Administração de Matérias: um foque**. 1 ed. -17 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, D. E. **O estágio supervisionado curricular na formação do técnico em Agropecuária no IFPB – Sousa**. UFPB, 2010.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n.1, p 61-70, jan/abr, 2002.

## APÊNDICE



Objetivo da pesquisa: verificar as perspectivas dos alunos do ensino técnico após a conclusão do curso, especificamente os alunos do Senai Stênio Lopes Campina Grande-PB

### PARTE I – EMPREGABILIDADE

**1. Gênero:**

Masculino     Feminino

**2. Faixa-etária**

De 18 a 22 anos     De 23 a 25 anos     De 26 a 30 anos     Acima de 30 anos

**3. Onde você estudou o ensino fundamental?**

Somente escola pública     Somente escola privada     Parte em escola pública e privada

**4. Estuda atualmente aonde o ensino médio?**

Em escola privada     Em escola pública

**5. A família recebe algum benefício social do governo?**

sim     não

Se sim, qual(is)?

**6. Atualmente o (a) Sr(a) está?**

a( ) Empregado com carteira assinada

b( ) Trabalhando e estudando

c( ) Apenas estudando

d( ) Não está trabalhando

e( ) Outros

**7. Qual é a sua carga horária semanal de trabalho? (Responder apenas se trabalhar)**

a( ) até 20h

b( ) de 20 a 30h

c( ) de 30 a 39h

d( ) de 40 a 44h

e( ) acima de 44h.

**8 Qual é o seu vínculo empregatício?**

- a( ) Empregado com carteira assinada b( ) Empregado sem carteira assinada  
 c( ) Funcionário público concursado d ( ) Autônomo/Prestador de serviços  
 e( ) Em contrato temporário f ( ) Estagiário  
 g( ) Proprietário de empresa/negócio h( ) Outros a( ) Há menos de um ano

**9. Qual o principal tipo de atividade que o (a) sr(a) exerce no seu trabalho atual?**

- a( ) Atividade Técnica  
 b( ) Atividade Administrativa  
 c( ) Atividade Gerencial  
 d( ) Atividade Comercial  
 e( ) Outra

**10. Qual é a exigência da sua capacitação profissional na atualidade?**

- a( ) Inferior a recebida no curso técnico b( ) Compatível com a recebida no curso técnico  
 c( ) Superior a recebida no curso técnico  
 e( ) Indiferente

11. Você estuda na mesma cidade onde trabalha?

- ( ) sim ( ) não

**PARTE II – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS**

12. Porque você decidiu fazer um curso técnico?

R:

13. A decisão da escolha de cursar um curso técnico teve a influência da família?

- a( ) Sim b( ) Não

14. Qual(is) as suas perspectivas após a conclusão do curso?

15. Você já tem propostas de empregos após a conclusão do curso?

16. A crise econômica atual preocupa você? Em que sentido?

17. O que te preocupa mais após a conclusão do curso?